

## **A crise venezuelana e os seus reflexos na sociedade brasileira**

Bruno Elmôr Poggianella<sup>1</sup>

Danielle Fagundes Fernandes<sup>2</sup>

Pedro Henrique Cabral Fernandez<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O artigo tem como objetivo analisar os efeitos da crise venezuelana no Brasil, bem como a postura do atual governo em relação aos refugiados. Para tanto, foi utilizada no presente trabalho, uma pesquisa documental e bibliográfica. O artigo conclui que a crise gera impactos negativos para os países vizinhos à Venezuela, principalmente o Brasil e, portanto, medidas são tomadas pelo governo federal, tanto na área social e política, quanto, principalmente, na econômica e humanitária uma vez que são os setores mais atingidos.

**PALAVRAS-CHAVE: VENEZUELA. CRISE MIGRATÓRIA. REFUGIADOS. IMIGRAÇÃO. PETRÓLEO. CRISE HUMANITÁRIA. POLÍTICAS PÚBLICAS.**

### **INTRODUÇÃO**

É fato dizer que a crise que atinge a Venezuela ultrapassa suas próprias fronteiras e afeta a outros países. Desde meados de 2013, o país referido se arrasta

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Direito nas Faculdades Integradas Vianna Junior. E-mail: brunopoggianellafivj@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduando do curso de Direito nas Faculdades Integradas Vianna Junior. E-mail: daanifagundes@icloud.com

<sup>3</sup> Graduando do curso de Direito nas Faculdades Integradas Vianna Junior. E-mail: pedrocabral231@gmail.com

em uma instabilidade econômica, política e humanitária que vem piorando gradativamente.

Dessa forma, é notável que tal crise traga consequências graves para o Brasil, seja pela perda de mercados de exportação, ou até mesmo pelo aumento do número de imigrantes e refugiados.

Diante do exposto, levanta-se as seguintes questões: quais são os impactos negativos sofridos pelo Brasil e como o governo brasileiro se comporta diante deles?

Para que tal estudo seja desenvolvido, contará com uma pesquisa documental e bibliográfica. Além disso, uma análise geopolítica foi realizada para que conclusões mais coesas pudessem ser obtidas acerca dos prejuízos e medidas que dizem respeito ao governo brasileiro em decorrência da recessão do país em análise, bem como conclusões acerca de sua complexa estruturação.

O trabalho foi dividido em três tópicos: O primeiro trata da crise venezuelana e sua estruturação; O segundo aborda uma visão humanitária sobre os refugiados; O terceiro traz reflexões acerca do posicionamento do governo brasileiro frente aos refugiados e sobre os impactos da crise o país.

## **1 A CRISE VENEZUELANA E SUA ESTRUTURAÇÃO**

No presente item, será abordada a estruturação da instabilidade econômica que afetou a Venezuela nos últimos anos. É fato que esse evento contenha características diversas, sendo o resultado de um colapso político, social e econômico. Com a presença de um Estado centralizador, os governos venezuelanos aparelharam a economia, planejando-a. Isso significa que todo o desenvolvimento econômico do país passou a ser competência exclusiva do novo Estado que se formava, fato que culminaria em diversos resultados catastróficos, como será abordado em sequência. Segundo Pimenta (2018, p. 34):

A crise é atribuída a uma série de fatores, pois seria impossível

apontar apenas um motivo para explicá-la. Podendo ser uma crise econômica, tendo como causa habitações, escassez de produto básico, produto interno bruto, inflação, influência da moeda de outros países. Pois bem, uma crise política, sendo suas causas possivelmente na corrupção. Não sendo só, uma crise social, decorrente de falta dos direitos fundamentais, desemprego, imigração, qualidade de vida, saúde.

Nesse sentido, o conteúdo a ser apresentado dá sequência aos desdobramentos da estagnação econômica venezuelana, abordando, antes de tudo, suas origens. Em primeiro momento, é possível afirmar que o colapso financeiro do país se origina de um Estado consolidado com base no petróleo, não havendo significativa preocupação com outros setores da economia. Também não houve nenhum tipo de planejamento econômico, social ou político que visasse o bem-estar a longo prazo, fato que corrobora com a tese de governos com visões imediatistas.

Segundo o jornal britânico *The Guardian* (2007), a ingerência estatal foi tão grande que, mesmo antes da queda do barril de petróleo, fato que ocorreu em meados de 2015, no ano de 2014 a escassez de alimentos já se apresentava no país, como resultado de setores estatizados e que não conseguiam atender às demandas da população, já que o planejamento governamental falhava na produção e distribuição correta dos alimentos em todo o país, sendo incapaz de determinar a média de consumo dos alimentos e recursos de acordo com as cidades, regiões e afins.

### **1.1 Crise política**

Ao se falar em crise política, Niño (2017) corrobora com a tese de que a Venezuela sempre passou por momentos de forte instabilidade no seu setor político, como no golpe de Hugo Chávez em 2002 onde Pérez foi retirado da presidência do país. Nesta época, a rejeição ao líder chavista era grande, fato que não o impediu de permanecer no poder, mesmo indo contra os interesses democráticos. Esse foi um traço muito marcante do governo Chávez que possuía fortes traços ditatoriais. Essa tensão aumentou com a reeleição de Nicolás Maduro em 2018, quando a suspeita

de fraude eleitoral incendiou a política mundial, criando rupturas entre países, além de causar grande impacto na sociedade civil, que começou a se rebelar contra o atual regime.

Segundo reportagem do jornal britânico BBC (2017), a crise política também aumentou com o conflito entre Maduro e Juan Guaidó, político que, com o auxílio e aval da Assembleia Nacional venezuelana, se declarou presidente interino da Venezuela, questionando diretamente a legitimidade do atual presidente, fato que gerou uma enorme revolta popular, sendo um estopim para o começo de uma guerra civil.

Em contrapartida, é possível afirmar que momentos de grande instabilidade política reforçam os argumentos do ex-movimento chavista, visto que a população, em seu anseio por soluções, se predispôs aos debates políticos reducionistas e populistas.

## **1.2 Crise econômica**

A crise econômica na Venezuela está relacionada à desvalorização do petróleo no mercado internacional, fato que se deu início a partir do ano de 2014. Apesar de o país ser o detentor de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, a ingerência por parte de seu sistema político resultou no completo fracasso de sua economia. Para que a origem da crise seja compreendida, primeiro é preciso fazer uma retrospectiva da história do país. A Venezuela, no começo do século XX, teve suas reservas de petróleo descobertas, estas que se tornaram sua principal fonte de riqueza.

Entretanto, os seus poderes políticos superiores acreditavam que o petróleo se tornaria o principal e, muito provavelmente, o único gerador de riqueza para o país. Segundo dados da BBC (2019), até 2014, antes da queda do preço internacional no barril de petróleo, a Venezuela atingia valores comerciais de aproximadamente US\$110 por barril, já tendo obtido um pico de até US\$138,54 no ano de 2008. Entretanto, em 2015, esse valor chegou a atingir cerca de US\$48,

número que havia sofrido uma baixa assustadora.

Apesar disso, como desenvolve Niemietz (2017), muitos outros países que também se beneficiavam com a venda de petróleo não sofreram tanto com a inesperada baixa porque a economia deles se pautava em outros setores, pois possuíam fortes traços industrialistas, explorando várias áreas de comércio, sendo esse o fator crucial para não se tornarem dependentes do setor petrolífero. Em contrapartida, a Venezuela insistiu em manter sua economia subdesenvolvida, pois já não se sustentava a tese de que relações comerciais externas eram importantes, focando sua renda em um produto fornecido pela própria nação. Este falso sentimento nacionalista culminaria, muitos anos depois, em uma das ruínas para sua economia outrora tão vigorosa.

Segundo Rallo (2019), enquanto diversos países aumentavam anual e gradativamente seus investimentos nas mais diversas áreas comerciais, a Venezuela encolhia seus investimentos em todas as outras áreas, aumentando o investimento no setor petrolífero o qual era o detentor de grande parte da renda gerada no país. Entretanto, dedicar uma economia às commodities foi uma solução péssima por parte do governo venezuelano, fato que se observa com o desenrolar da crise.

Além disso, como afirma matéria da BBC(2019), a postura ditatorial assumida pelo governo de Nicolás Maduro enfureceu diversos líderes mundiais, como, por exemplo, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que impôs sanções econômicas para a Venezuela no ano de 2017 e, mais tardiamente, no ano de 2019. Com estas sanções, a Venezuela perdeu uma significativa parcela de seu lucro no mercado internacional de petróleo o que foi um duro golpe para uma economia já tão fragilizada.

Com base em matéria obtida no site do governo americano *The White House* (2019), é notório como a presença de sanções norte-americanas que congelaram todos os bens e interesses venezuelanos dentro dos EUA, agravou a condição do governo de Maduro que utilizava o rendimento do setor petrolífero para importar diversas mercadorias como alimentos, remédios, entre outros itens de extrema

importância para a sobrevivência de seus habitantes, uma vez que seu país não possui setores que produzam tais recursos.

Em sequência, segundo o jornal espanhol *El País* (2019), que citou a fala do assessor de segurança nacional dos EUA, John Bolton, o país ainda planejava impor novas restrições ao governo venezuelano, formando uma aliança que contaria com a participação de 59 países e três organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e a União Europeia.

Todavia, até meados de 2017, não havia nenhuma sanção contra a Venezuela, apenas contra membros do governo. Ainda assim, a Venezuela já se encontrava em profunda crise econômica. Como cita Niemitz (2019) em certo trecho:

Isso, vale repetir, ainda em 2013. Em 2014, praticamente 5 em cada 10 venezuelanos (48%) estavam abaixo da linha da pobreza. Três anos depois, essa cifra já era de espantosos 87% (nove em cada dez). Quando as sanções americanas foram implantadas, em agosto de 2017, a economia já havia se contraído 33% em relação a 2014.

Desta forma, é possível desmistificar a questão que trata das sanções econômicas presentes na Venezuela atual, as desvinculando, ao menos parcialmente, da origem da crise. Coerente seria, no entanto, tratar as sanções como fatores agravantes que aceleraram o impacto proveniente da ineficiência do projeto econômico proposto por Maduro.

### **1.3 Crise social**

Ao se falar em crise social, a Venezuela atingiu níveis críticos. Segundo dados divulgados pela Pesquisa Nacional de Condições de Vida da População Venezuelana (ENCOVI, 2017), no ano de 2017 a população havia emagrecido cerca de 11 quilos e milhares de famílias foram obrigadas a entregar seus filhos para as autoridades, pois não tinham condições de sustentá-los, já que o acesso aos alimentos era muito restrito. Muitas delas estavam consumindo comidas estragadas,



por serem as únicas disponíveis.

Além disso, o colapso social não se resume à alimentação precária. O Estado já não é mais capaz de prover segurança pública e saúde para seus naturais. Hospitais em ruínas, muitas pessoas adoecendo e morrendo diariamente, taxas criminais aumentando em proporções absurdas, ausência de policiamento nas ruas etc. São muitos os problemas suficientes o bastante para gerarem dados assustadores e forçar o refúgio de seus milhões de habitantes pra os países vizinhos.

Dentro do setor econômico, o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2019), afirmou que a inflação da Venezuela em 2019 poderá alcançar 200.000%, enquanto a Pesquisa Nacional de Condições de Vida da População Venezuelana (ENCOVI, 2018) afirmou, através de uma extensa pesquisa de campo, que a pobreza extrema do país teve um salto de 23,6%, em 2014, para 61,2%, enquanto a pobreza foi estimada em cerca de 87% da população. Desta forma, já se observa uma contínua degradação da situação vivida no país.

Mas ainda não é tudo. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2019), O PIB do país caiu 18% no ano de 2018, e a estimativa para 2019 é de que ele tenha uma queda acumulada de 60% no período de seis anos. Em decorrência da crise política e econômica do país, a Organização dos Estados Americanos (OEA, 2019) prevê mais de 5 milhões de venezuelanos deixando o país em 2019, fato que caracteriza a abrupta crise migratória que impacta a Venezuela, deixando milhares de desempregados, fato que colabora para o aumento da criminalidade e da miséria. Neste sentido, onde a severa escassez de recursos é retratada, cita-se Santos e Vasconcelos (2016):

A falta de alimentos básicos e essenciais afeta diretamente a população venezuelana. As principais imagens da crise que são mostradas nos noticiários são as das filas em torno dos supermercados. A espera pode chegar a várias horas para comprar uma quantidade limitada de produtos da cesta básica. Tal espera também não é garantia da compra dos itens necessários pois a escassez é um dos grandes problemas da Venezuela atual juntamente com a inflação.

Por fim, é possível resumir a Venezuela como um absoluto fracasso econômico, onde as políticas governamentais não só deixaram a desejar, mas devastaram um país possuidor de grande capacidade desenvolvimentista que, atualmente, está fadada a miséria. A revista *Veja* (2019) traz a fala de Alejandro Werner, diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2019), em que o mesmo sintetiza a atual situação do país latino: “Resume-se em um país que sofre com a hiperinflação, uma crise humanitária e uma crise de imigração, devendo encontrar uma saída, junto das demais entidades internacionais e países dispostos a colaborar, pois a tarefa de recuperação do país irá requerer um esforço titânico.”

## **2 VISÃO HUMANITÁRIA SOBRE OS REFUGIADOS**

De acordo com o Congresso Nacional de Direitos Difusos, o grande número de asilados venezuelanos que cruzam o Brasil está intrinsecamente relacionado à procura de melhores condições de vida, tendo em vista a vulnerabilidade vivida por esse povo, sendo o resultado desta, um estopim para se alastrar uma crise humanitária em decorrência de todas as violações de direitos humanos que acomete a todos estes expatriados.

A pátria em questão está atravessando uma crise humanitária em decorrência das disputas políticas, recessões econômicas e escassez de recursos básicos aos seus cidadãos o que juntamente a um alto nível autoritário advindo do governo anterior, fortemente presente também no governo atual, gera diversas consequências como o desemprego, o que faz com que os residentes se exilem além-fronteiras.

A crise enfrentada pela população é de extrema importância para ser discutida no atual cenário mundial. Sabe-se que tal situação instaurada no território possui sua nascente nas disputas políticas que ocorreram entre governos progressos. Diariamente, um enorme número de seus nacionais cruza a fronteira do



Brasil em decorrência das várias disputas que ocorrem naquele país. Ao cruzarem a fronteira, eles buscam escopo na nossa nação na tentativa de possuírem, principalmente, melhores condições sanitárias e sociais. A Venezuela possui um quadro alarmante e preocupante, onde disputas políticas, autoritarismo, corrupções e desemprego são alguns exemplos do que os seus moradores estão vivenciando diariamente.

A Humans Right Watch ( 2017) salienta que Nicolás Maduro é o atual presidente da Venezuela tendo sido eleito em 2013 logo após o falecimento de Hugo Chávez que deu continuidade ao governo do seu antecessor, refletindo também na continuidade de um colapso socioeconômico já existente desde o mandato de Chávez. O cenário hoje na Venezuela é o de extrema escassez, impossível para que qualquer ser humano possa viver com o mínimo de dignidade o que resulta que seu povo sobreviva em situações lastimáveis e de menosprezo em um colapso total, a ponto de faltar o direito básico à saúde, o que desencadeia na proliferação de diversos surtos de doenças contagiosas como o sarampo, de forma que a falta de medicamentos para os tratamentos agrave em proporções estratosféricas o problema sanitário, afetando a cada dia cerca de mais de 370 mil casos entre 2012 a 2017. Mas esse empasse não se resume à falta de saúde, mas também à de moradia e alimentação o que impacta total descaso aos direitos indispensáveis que devem ser assegurados a quaisquer seres humanos. Neste âmbito, a organização já acima mencionada cita que:

Encontramos um sistema de saúde em colapso total, com aumento nos níveis de mortalidade materna e infantil; a propagação de doenças evitáveis por vacinação, como o sarampo e a difteria; e o aumento no número de doenças infecciosas, como malária e tuberculose (TB). Embora o governo tenha interrompido a publicação de dados oficiais sobre nutrição em 2007, pesquisas realizadas por organizações e universidades venezuelanas documentam altos níveis de insegurança alimentar e desnutrição infantil e dados disponíveis mostram alto número de internações hospitalares de crianças desnutridas. Um êxodo enorme de venezuelanos – mais de 3,4 milhões nos últimos anos, segundo a ONU – estar sobrecarregando os sistemas de saúde nos países receptores.

Reconhecer o problema e pedir ajuda é um primeiro passo crucial, mas a liderança da ONU é essencial para o sucesso de qualquer plano de assistência humanitária em grande escala na Venezuela ( HUMAN RIGHTS WATCH, 2017)

Diante da escassez de medicamentos, moradia e alimentos, juntamente com a disseminação de doenças faz com que os afetados requeiram uma resposta diante da emergência humanitária da crítica situação em que o país se encontra.

De acordo com Milesy, Covery e Rovey (2018, p. 54), milhares de venezuelanos estão abandonando o seu país em busca de proteção em outros Estados. Dados da Organização Internacional para Migrações (OIM, 2017) mostraram que o número deles no exterior subiu de 700.000 para 1.600.000 entre 2015 e 2017. Desde 2016, o Brasil entra como destino para a migração do povo venezuelano. Conforme dados fornecidos pelo governo brasileiro, cerca de mais de 32.744 venezuelanos solicitaram refúgio por aqui, além de outros 27.804 que obtiveram autorização de residência por vias alternativas ao sistema de refúgio, totalizando mais de 60.000 pessoas registradas pelas autoridades migratórias brasileiras até maio de 2018. Ainda de acordo com as autoras Milesy, Covery e Rovey (2018, p.2), a Anistia Internacional (2018, p. 252) afirmou que:

A Venezuela está passando por uma forte crise econômica e política que tem sido reconhecida pela comunidade internacional como uma crise humanitária. Os venezuelanos vêm experimentando uma generalizada ausência de proteção do Estado e violação dos seus direitos fundamentais. Faltam alimentos, remédios e atendimento de saúde. A hiperinflação diminuiu drasticamente o poder de compra da população. Conforme o Relatório 2017/2018 da Anistia Internacional, em dezembro de 2017, a cesta básica para uma família de cinco pessoas custava 60 vezes mais do que o salário mínimo.

Inicialmente, o atual governo de Maduro, negou qualquer existência de uma possível crise social, reconhecendo somente a situação econômica instaurada dentro de suas divisas. Foi somente em 2018, que o atual governo reconheceu o nível de calamidade existente. A ajuda humanitária ao país se intensificou a partir de

2018, mas agentes de organizações internacionais do setor relataram que o auxílio oferecido está insuficiente, não cobrindo as reais e urgentes necessidades dos cidadãos.

De acordo com a Humans Right Watch (2017), a organização Pan-Americana de saúde (OPAS) relatou que entre 2008 e 2015 diversas enfermidades surgiram entre os urbanos, tais como sarampo, tuberculose e HIV. De acordo com dados acolhidos naquele momento, pode-se concluir que em 2017 os números de casos passaram a ser mais de 6200 junto aos registros de difteria, alcançando, assim, números acima de 1500 casos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) analisou a infestação da malária no país, que saltou mais de 378/ mil casos desde 2009. Vale lembrar de que a falta de medicamento esteve presente desde do início dessa pesquisa corroborando para os infelizes resultados. Isso pode ser exemplificado com base na falta de kits de prevenção ao HIV, que expõe mais de 13.000 casos que foram relatados juntamente à tuberculose, onde ambas tomaram uma proporção gigantesca, cerca de 100.000 casos em 2017. Como consta em documento da Humans Right Watch (2017, p. 04):

A Venezuela é o único país do mundo onde um grande número de pessoas vivendo com o HIV foi forçado a interromper o tratamento devido à falta de disponibilidade de medicamentos antirretrovirais (ARV). Um relatório da OPAS de 2018 estimou que quase nove de cada dez venezuelanos vivendo com o HIV registrados pelo governo (69.308 de 79.467 pessoas, ou 87 por cento) não estavam recebendo tratamento ARV. O número real de pessoas que precisam de ARVs é desconhecido.

A situação relacionada à saúde dos Venezuelanos a cada dia que passa piora. As desnutrições advindas da fome se expandiram generalizadamente. Uma pesquisa realizada pela Humans Right Watch (2017), demonstrou, com clareza, esse cenário. Ela relatou que quase 100% deles estavam em situação de fome extrema restringindo a alimentarem-se de mandioca e sardinhas no máximo duas vezes por dia. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) indicou que entre 2015 e 2017, 3,7 milhões de pessoas estavam subnutridas.

Com base nos dados obtidos, a Humans Right Watch (2017, p. 05) afirma que:

Em fevereiro de 2019, um porta-voz da OMS confirmou que “A Venezuela havia de fato enfrentado um aumento no número de pessoas subnutridas”, com base em um relatório conjunto da FAO, da OPAS, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Programa Mundial de Alimentos (PMA). Uma pesquisa nacional representativa, conduzida por três universidades renomadas na Venezuela, concluiu que 80 por cento das famílias venezuelanas enfrentam insegurança alimentar – indicando que não possuem uma fonte segura de alimentos – e que os participantes da pesquisa haviam perdido peso (em média 11 quilos) em 2017.

Segundo outro documento fornecido pela OMS, atualmente a Venezuela pode contar com uma assistência católica voltada às crianças as quais recebem apoios e assistências nutricionais já que a desnutrição por lá teria aumentado mais de 17% entre os menores de cinco anos de idade. São assistidas também as pessoas que possuem baixa renda, pois se estipula que dentre o cenário feminino, em torno de 21% das mulheres nessa situação também viviam em estado de desnutrição a níveis alarmantes.

São tantos os imigrantes do país que cruzaram a fronteira em uma busca desesperada por saúde, moradia e itens básicos de sobrevivência, que sobrecarregou os serviços, por exemplo, nos lindes do Brasil e da Colômbia. Alguns dados foram relatados para que fosse exemplificada uma mera noção da calamidade e das mazelas das situações em que os foragidos se encontravam. A Colômbia registrou um grande aumento na busca de atendimento médicos para que pudesse tratar as doenças agudas e infecciosas trazidas por eles, assistindo cerca de 5094 atendimentos em 2018. Mulheres grávidas também buscaram ajuda nas fronteiras, onde se estimava que mais da maioria não receberia auxílio pré-natal e, por isso, dariam à luz em outro país. Neste sentido, em trecho de documento a Humans Right Watch (2017, p. 06-07) afirma que o baixo peso ao nascer e a mortalidade perinatal e neonatal entre crianças venezuelanas aumentaram drasticamente na Colômbia causando mais de 211 mortes de recém-nascidos em 2018.

O vírus “D2”, trazido pelos exilados ao Brasil desencadeou um imenso surto de sarampo na cidade de Roraima por ser essa a principal porta de entrada deles em nosso solo pátrio, sem contar que mais de 32 venezuelanos estivessem infectados pela HIV e tuberculose. Na Clínica Especializada Coronel Mota que funciona em Roraima, como cita a Humans Right Watch (2017), mais de 70% dos referidos chegaram ao país possuindo HIV, e em estado de desnutrição juntamente à graves infecções devido à falta de ARVs na Venezuela.

Em material produzido por Milesy, Rovey e Covery (2018), as autoras expõem números necessários para o entendimento desta situação. Desde 2017, a Venezuela enfrenta uma epidemia de sarampo e há, de fato, indícios de que o vírus em circulação no Brasil esteja relacionado a esta situação do país vizinho, dados estes que foram demonstrados e confirmados pelo Ministério da Saúde. No caso da malária, por exemplo, depois de seis anos de queda, em 2017, a doença voltou a crescer no Brasil. De maneira oportunista, no entanto, as autoridades locais passaram a associar a alta dos casos da enfermidade ao fluxo migratório dos nossos vizinhos:

A gestão do fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil tem representado um grande desafio, principalmente no estado de Roraima, mas com evidentes e desafiadores reflexos mais amplos para o país. Por maior que seja a mobilização de entidades da sociedade civil e organismos internacionais, a resposta a esse desafio requer, necessariamente, a articulação dos entes públicos em diversos níveis, notadamente com a cooperação entre União, estado e municípios, de modo que cada um cumpra com o correspondente papel e responsabilidade, o que não tem sido constatado até o momento ( MILESY;ROVERY; COVERY, 2018, p. 04) .

Diante do atual governo, a Venezuela está em estado de calamidade, enfrentando desequilíbrios em todas as esferas. Sob essa gravíssima situação, milhares de pesquisas, estudos e informativos estão sendo fortemente ocultados para que não sejam expostos e nem venham á tona a fim de que mostrem o total fracasso do governo e exponham inúmeros problemas para a população, pois caso



um relatório fosse feito com bases e números verdadeiros, uma resposta mais eficaz a essa crise poderia amenizar a presente situação vivida, tendo em vista que a Venezuela em sua Constituição, juntamente ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos (PIEDESC), descreve as garantias de que os seus cidadãos possuem, e que cabe ao governo o dever de proteger, resguardar e salvaguardar o direito de todos à saúde. “O PIDESC, ratificado pela Venezuela, garante a todos o direito de “desfrutar o mais elevado nível possível de saúde física e mental”, bem como o direito a um “nível de vida” que inclua “alimentação adequada”, conforme material da Humans Right Watch (2017, p. 09).

As ajudas internacionais adentraram no país em 2018, mas sabe-se que tal ajuda não é suficiente diante das urgentes necessidades dos desassistidos. Ademais, é notório ressaltar que o governo em exercício é o responsável pela falta de comunicações internacionais. Assim, ao invés de deixar os cidadãos em situação de abandono, ele deveria divulgar os reais dados da atual situação em que se encontram. De acordo com o referido documento, é notável que:

A ONU deve priorizar o enfrentamento da situação humanitária em rápida deterioração na Venezuela. Altos cargos de liderança da ONU e todos os órgãos relevantes da organização devem conduzir uma diplomacia proativa para pressionar as autoridades venezuelanas a permitir que as agências da ONU liderem e implementem uma resposta humanitária em larga escala que garanta à população venezuelana a assistência humanitária necessária para atender suas necessidades urgentes (HUMANS RIGHT WATCH, 2017, p. 09).

A Humans Right Watch (2017) se atenta a salientar que a ONU juntamente ao seu secretário António Guterres devem tomar algumas medidas para que o presidente Nicolás Maduro reconheça a crise existente em seu país, e que fique claro para ele que é de seu dever assegurar juntamente aos seus aliados meios de elucidar respostas para esta crise, a fim de implementar um processo que decida sobre a Ativação Humanitária Sistêmica. A Organização das Nações Unidas (ONU)



tem o papel de fazer a solicitação dos relatórios ao seu secretário-geral e aos seus coordenadores, e se reunirem regularmente para tratar assuntos como a crise humanitária e seus impactos na fronteira juntamente ao Conselho de Direitos Humanos.

De acordo com o referido documento, o principal motivo da vinda dos venezuelanos ao Brasil é a busca por melhores condições de vida. A principal clínica onde os venezuelanos encontram ajuda médica se localiza em Roraima. Diante da enorme procura por ajuda médica e medicamentos, o governador local, a partir de um decreto, declarou que o sistema de saúde pública do estado estava em níveis calamitosos em consequência da grande demanda. A partir dessa declaração, o estado deve obter suprimentos e mais que supram às necessidades emergenciais.

Em Roraima, o surto de sarampo começou a se alastrar diante do povo venezuelano em 2017 devido às falhas de vacinações existentes naquele país, a doença “atravessou” as demarcações até chegar ao Brasil, em 2018, instaurando novos casos. A malária também ocupou o cenário de Roraima após Bolívar (estado com quem faz fronteira) ter relatado um enorme aumento dessa doença. Esse resultado, advém justamente da escassez de medicamentos e diminuição da fiscalização de atividades ilegais de mineração, aumentando todos os dias cada vez mais. Casos como tuberculose e HIV também vêm aumentando entre os venezuelanos em Roraima. De acordo com a Humans Right Watch (2017) ao coletar dados da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde, houve 56 novos casos de HIV entre venezuelanos em 2018 representando um aumento de mais de três vezes em relação a 2017.

Além disso, o documento consta a análise feita pelo Congresso Nacional de Direitos Difusos que relatou que médicos de clínicas de Roraima disseram que os pacientes venezuelanos chegavam para tratamentos muito doentes e frequentemente desnutridos ou com infecções trazendo riscos de vida. Ainda segundo Milesy, Rovey e Covey (2018, p. 6):

A situação torna-se ainda pior, posto que as milhares de

solicitações de refúgio ao governo brasileiro andam a passos lentos em virtude do número insuficientes de servidores para processar essas demandas. A Polícia Federal, com o apoio da agência da ONU, tem disponibilizado mais agentes para o Estado de Roraima para ajudar no registro das solicitações de refúgio ou receberem o visto de residente permanente por razões humanitárias com permissão de trabalho.

No que reforçam as autoras, o sistema de saúde do estado ficou severamente sobrecarregado, os maiores hospitais da cidade ocuparam no total mais de 580 leitos, fazendo com que o número de imigrantes internados mais que dobrasse no semestre de 2018 em relação à mesma época em 2017, já na maternidade, os partos aumentaram mais de 2,5 vezes, sendo maior do que o ano de 2017. Rapidamente diante da sobrecarga de pacientes, houve um aumento sobrecarregando também os recursos o que refletiu diretamente nos hospitais, causando uma escassez de medicamentos para o pleno funcionamento ambiente e isso se deu com o esgotamento de suprimentos básicos, medicamentos cardíacos, seringas, antibióticos e fluidos intravenosos, todo esse déficit comprometia o bom funcionamento do hospital, além de contar com um alto número de pacientes internados necessitando de tais medicamentos advindo da gravidade das doenças dos venezuelanos. Citando a organização Human Rights Watch (2017, p. 19) em novo trecho, é possível observar um relato imprescindível para a compreensão da crise local:

Para aliviar a sobrecarga nos hospitais, a atenção básica no Brasil é fornecida como parte da Operação Acolhida do governo federal. As Forças Armadas têm alocado médicos, farmacêuticos, enfermeiras e autoridades de saúde pública para Roraima para fornecer cuidados médicos aos venezuelanos. As equipes de saúde visitam duas ou três vezes por semana cada abrigo, onde atendem condições comuns, como doenças diarreicas, parasitas intestinais, infecções respiratórias, infecções de pele e desnutrição. Além disso, médicos foram enviados para a cidade fronteiriça de Pacaraima, onde trabalham em um posto de triagem e vacinação no ponto de entrada da imigração. Em agosto de 2018, os venezuelanos que solicitavam refúgio ou residência em Pacaraima (mas não em Boa Vista) estavam sendo

vacinados contra sarampo, caxumba, rubéola, tétano, coqueluche e febre amarela, exceto quando se recusavam ou mostravam documentação de vacinação adequada.

Diante do que foi estudado pela coletânea Migrações Venezuelanas, do observatório de migrações em São Paulo, pode se relacionar o fluxo migratório dos /venezuelanos através da globalização, ou seja, cada vez mais há a tentativa de facilitar o trânsito de pessoas de modo gradativo, e cabe ressaltar que o sistema de saúde deveria acompanhar tais fluxos a fim de corresponder às demandas necessárias para controlar as doenças advindas do acontecimento citado. Com base em coletânea dirigida por Baeninger e Silva (2018, p. 375-376), se extrai o seguinte trecho:

O modelo atual proposto pelo Sistema Único de Saúde (SUS) implica responsabilização de todos os níveis de governo pela prevenção e controle de doenças. A cada um cabe papéis específicos e já bem definidos, mas todos devem ser solidários na ação. Porém observamos que quando o processo migratório se instala em uma determinada localidade, essa definição de papéis parece se perder e se desorganizar, especialmente no Brasil, o que pode ser determinado pelos relatos de imigrantes em massa. A exemplo disso temos a recente entrada dos imigrantes Venezuelanos no Brasil, pela fronteira com a cidade de Pacaraima, no Estado de Roraima, onde as publicações midiáticas alarmam a entrada de milhares de venezuelanos, pela fronteira terrestre, despertando o medo e o discursos xenofóbicos na população local. Percebe-se que esse medo tende a se intensificar quando os serviços de saúde e a segurança começam a ser afetados.

Unidades de saúde estilo militar foram inauguradas em junho de 2018, com salas privadas para exames clínicos e flebotomia, além de ter uma farmácia abastecida com medicamentos comumente usados e uma sala com leitos para observação e capacidade para procedimentos simples, o governo em 2018 forneceu vacinação para os residentes em Boa Vista.

É de extrema importância a conscientização de que há uma crise humanitária na Venezuela que vem trazendo reflexos para o cenário brasileiro. O governo, com

ajuda de outros órgãos, deve colaborar com a ONU para que, por meio de medidas, possamos garantir melhores condições ao povo venezuelano. Sabe-se que a ajuda atualmente não é muito boa, pois ainda existe uma situação precária no país e na fronteira, já que a necessidade é enorme diante do que o Brasil e outras regiões do país tem a oferecer e ajudar.

A questão migratória também deve ser analisada e discutida, pois devemos estabelecer tratamentos adequados para os imigrantes que adentram em nosso país, estas cooperações virão de ações entre a ONU e o governo brasileiro a fim de proteger e resguardar os direitos e garantias dos imigrantes venezuelanos, no intuito de dia após dia superarmos e passarmos por mais uma barreira visando o desenvolvimento de garantias humanas como saúde, medicamentos, moradia, lazer e bem-estar. Através de ajudas poderemos solucionar esta crise humanitária e migratória, garantindo a todo cidadão venezuelano, o direito a uma vida prospera e digna.

### **3 A ATUAÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO FRENTE AOS REFUGIADOS E OS IMPACTOS DA CRISE**

#### **3.1 Programas sociais**

De acordo com números do governo federal brasileiro, 480 mil venezuelanos já foram beneficiados pela Operação Acolhida, que se trata de uma Força Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima, sendo a primeira missão de natureza humanitária em território nacional. A operação que está no 5º contingente, já contou com mais de três mil militares, que atende os imigrantes desde a passagem pela fronteira. O governo também assinou um acordo para criação de um fundo privado que vai receber doações para a Operação Acolhida. O processo será gerido pela Fundação Banco do Brasil. Os recursos poderão custear, por exemplo, alimentação dos refugiados. Por meio de licitação, o governo brasileiro fechou

contrato no qual gasta R\$ 23 por dia para alimentar, com três refeições, um venezuelano acolhido.

Segundo Jennifer Thomas (2019), o Exército Brasileiro atua como uma espécie de RH: tira foto, prepara currículo e registra as habilidades de cada um. É realizada uma triagem, onde os refugiados recebem doze vacinas, como por exemplo a vacina contra febre amarela, e documentação completa. Logo em seguida, são encaminhados para abrigos, com prioridade para crianças, mulheres e pessoas com necessidades especiais. Portanto, todos os que querem morar no Brasil são cadastrados.

Em 2018, foi iniciado o processo de interiorização dos venezuelanos para São Paulo e Manaus. De acordo com Boehm (2018), o projeto tem como objetivo levá-los a outros estados, onde tenham melhor estrutura para se estabelecer e aliviar a superlotação em Roraima, que faz fronteira com a Venezuela e se tornou uma das principais rotas de entrada do país para os imigrantes, especialmente pela cidade de Pacaraima. Na cidade de São Paulo, foram disponibilizadas 300 vagas para alocar os imigrantes venezuelanos. No norte do país, 180 vagas para Manaus. Boehm define a interiorização dos venezuelanos pelo país como inevitável, independentemente das ações do governo federal, devido à sobrecarga enfrentada em Roraima.

Foi informada, também, a criação do Grupo de Trabalho sobre o Processo de Interiorização de Imigrantes Venezuelanos para estruturar, de forma articulada, os fluxos de atendimento a este grupo. São adotadas medidas como a estruturação de um fluxo de cursos de capacitação e qualificação para os imigrantes, abordando especificidades do mercado de trabalho brasileiro, a fim de facilitar a integração destas pessoas à cultura local.

### **3.2 Medidas aplicadas pelo governo federal**

No dia 16 de fevereiro de 2018 foi publicado no Diário Oficial da União (BRASIL, 2018) a Medida Provisória 820/18, que dispõe sobre as ações de

assistência emergencial para acolhimento de estrangeiros que se refugiam no Brasil para escapar de crises humanitárias em seus países de origem. A medida provisória é voltada, inicialmente, para atendimento dos venezuelanos que estão migrando em massa para Roraima.

Segundo a MP, as medidas de emergência visam a atender pessoas “em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária” (Brasil, 2018). O texto prevê a criação do Comitê Federal de Assistência Emergencial, que vai coordenar as políticas públicas a serem adotadas pelo governo federal para atender os migrantes. O governo alega, entre as razões para a edição do texto, o reconhecimento da “ruptura na ordem democrática” da Venezuela firmado na 50ª Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados, ocorrida na Argentina, em julho. Para Pedro Gallotti (2019),

Essas previsões cumprem com o papel do país em sempre integrar os imigrantes, sejam eles migrantes econômicos, refugiados, forçadamente deslocados, asilados ou apátridas. As medidas vêm em boa hora também como forma de efetivar a nova política migratória brasileira, que, embora ainda não esteja escrita e formalizada, está sendo construída por meio das ações administrativas dos governos que se empenhem no cumprimento da Constituição Federal e da Lei de Migração.

### **3.3 Cooperação entre o Brasil e órgãos internacionais**

Na visão de Marques e Leal (2017), é necessária a solidariedade e colaboração entre diferentes esferas do governo brasileiro, as Organizações não governamentais e o Sistema das Nações Unidas, por meio de suas várias agências no Brasil. Acrescenta que podem garantir um nível de proteção maior aos venezuelanos que vivem em condições precárias em território nacional. Por outro lado, essa cooperação ainda é embrionária. “O modo com que o Brasil tem recepcionado os venezuelanos, em condições salubres e com abrigos improvisados, ratifica que a política migratória necessita de abordagem e tratamento adequado no País”. Diante disso, os autores alertam



A crise política que o Brasil enfrenta tem gerado o corte de recursos a estados e municípios. A falta de repasse impede a concretização de medidas para atender necessidades básicas dos migrantes venezuelanos, principalmente na região norte do Brasil. A ineficiência do poder público nacional perante a grave crise política e humanitária instalada no estado de Roraima, com a consequente carência de recursos e ações concretas que materializem os preceitos de proteção humana firmados na legislação nacional e internacional são fatos geradores da execrável situação dos migrantes venezuelanos em solo brasileiro (MARQUES; LEAL, 2017).

### **3.4 Impactos da crise venezuelana no brasil**

Além dos problemas da imigração venezuelana já citados, é necessário lembrar que o Brasil também sofre impactos negativos da crise venezuelana em seu comércio exterior. De acordo com Maurício Santoro (2018), “em 2012, no auge do intercâmbio bilateral, exportou US\$ 5 bilhões para a Venezuela. Em 2017 foram apenas US\$ 470 milhões. Um retrocesso ao patamar de 1996 e o menor valor vendido pelo Brasil para outro país sul-americano.” O governo brasileiro apoiou a suspensão venezuelana do Mercosul e divergências sobre Maduro foram o principal motivo para o Brasil interromper sua participação na Unasul.

No cenário da saúde pública, segundo a ONG Human Rights Watch (2017), “o hospital geral de Roraima atendeu em média 300 pacientes venezuelanos por mês em 2017. A busca pela UTI Neonatal também aumentou, já que as mulheres temem que os filhos morram por falta de atendimento adequado no lado caribenho da fronteira.”

E, por fim, Rabin (2017) ressalta que “o governo brasileiro não consegue influenciar os eventos na vizinhança por meio da ação diplomática. A diplomacia brasileira se mostrou incapaz de tomar medidas mais enérgicas para ajudar na resolução do conflito — seja na tentativa de conciliação entre chavistas e oposição, seja na aplicação de sanções econômicas impostas pelo Mercosul.”

### **3.5 Comportamento do governo diante dos impactos negativos sofridos pelo Brasil**

Após abordar os itens anteriores, é notável ver uma movimentação para reduzir os impactos que a crise Venezuelana causa no Brasil. O governo está em atenção para se antecipar a problemas de fora que venham de forma grave para dentro do país. Há medidas e programas criados que podem combater, ainda que parcialmente, um futuro descontrole diante da atual situação. A dificuldade está em como calibrar essas ações, uma vez que, dentro do governo, convivem várias correntes que propõem abordagens diferentes para a Venezuela.

### **CONCLUSÃO**

A crise econômica que impactou a Venezuela nos últimos anos é resultado de políticas conseguintes, um espelho da ineficácia dos governos venezuelanos em administrar e cuidar das riquezas do país. Isso apenas prova que a Venezuela não soube aproveitar sua época de ouro, esquecendo-se do processo de industrialização, do livre mercado, de uma economia forte e competitiva, que não fosse pautada no comércio de apenas um único produto. Dessa forma, observamos uma das maiores jazidas de petróleo do mundo ruindo, já que não possui controle político, econômico ou social.

Diante desta situação alarmante, gerou-se um colapso total, onde os venezuelanos infelizmente vivenciaram a falta de saúde, a escassez de alimentos e até mesmo a proliferação de surtos e doenças contagiosas, além da falta de medicamentos para tratar tais doenças. A falta de moradia também gerou diversos reflexos neste país, pois com a ausência de condições necessárias para a sobrevivência de qualquer ser humano, instaurou-se uma crise humanitária diante das caóticas condições de vida que cada cidadão vivenciava naquele país.

Por outro lado, no Brasil o governo se movimenta para controlar a situação

dos refugiados vindos da Venezuela. Tal circunstância é controlada por medidas e programas justamente criados para conter um possível descontrole no país e, principalmente, nos estados que são a grande porta de entrada para os venezuelanos. Apesar disso, o controle da situação encontra-se em estágio inicial. É nítido que a cooperação entre governo, população e órgãos internacionais são essenciais para aprofundar esse controle, visto que a situação de vida dos venezuelanos ainda se encontra em estado de calamidade. Por outro lado, os impactos da crise afetam diversos setores da economia brasileira e decisões precipitadas vindo do Governo Federal certamente impactarão num futuro próximo.

## REFERÊNCIAS

ANISTIA INTERNACIONAL. Informe 2017/2018: “O Estado dos Direitos Humanos no mundo”. Relatório, Londres: **Amnesty International**. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em 26 de novembro de 2019.

BAENINGER, R., SILVA, J. “Migrações venezuelanas; **UNICAMP**. Disponível em: [https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em 26 de novembro de 2019.

BBC. “Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história”; **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515> Acesso em 17 de outubro de 2019.

BBC. “Quais as consequências das sanções dos EUA para a economia da Venezuela?”; **BBC News**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41060655>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

BOEHM, Camila. Interiorização de venezuelanos para São Paulo e Manaus começa em abril. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/interiorizacao-de-venezuelanos-para-sao-paulo-e-manaus-comeca-em-abril>. Acesso em 15 out. 2019.

ENCOVI. “Encuesta sobre condiciones de vida em Venezuela, Febrero 2018”; **Encuesta Condiciones de Vida**. Disponível em: <https://www.ucab.edu.ve/wp-content/uploads/sites/2/2018/02/ENCOVI-2017-presentación-para-difundir-.pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

FAO. “Panorama de segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caraíbas”; **Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura**. Disponível em: <http://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/panorama/2018/es/>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

FMI. “GDP based on PPP, share of world”; **Fundo Monetário Internacional**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PPPSH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD/VEN>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

FMI. “Inflation rate, average consumer prices”; **Fundo Monetário Internacional**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/PCPIPCH@WEO/WEOWORLD/VEN>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

GALLOTTI, Pedro. Uma atuação coerente com a nova política migratória brasileira. **Jusbrasil**, 2017. Disponível em: <https://pedrogallotti.jusbrasil.com.br/artigos/560717609/uma-atuacao-coerente-com-a-nova-politica-migratoria-brasileira?ref=feed>. Acesso em: 15 out. 2019.

GUARDIAN, THE. “Venezuela scrambles for food despite oil boom”; **The Guardian**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2007/nov/14/venezuela.international>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. “Venezuela: crise humanitária alastra-se para o Brasil”. **HRW**, 2017. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2017/04/18/302397>. Acesso em 15 out. 2019.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. "Regional Action Plan: Strengthening the regional response to large scale migration of Venezuelan Nationals into South America, North America, Central America and the Caribbean". **IOM**, Relatório, 2018. Disponível em: [https://www.iom.int/sites/default/files/situation\\_reports/file/venezuela\\_sr\\_201804-201902.pdf](https://www.iom.int/sites/default/files/situation_reports/file/venezuela_sr_201804-201902.pdf). Acesso em 26 de novembro de 2019

MARQUES, A., LEAL, M. "Migrantes venezuelanos no Brasil: cooperação como meio para garantir direitos"; **Congresso Internacional de Direitos Difusos**. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/conidif/trabalhos/TRABALHO\\_EV082\\_MD1\\_SA7\\_ID321\\_21082017230856.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conidif/trabalhos/TRABALHO_EV082_MD1_SA7_ID321_21082017230856.pdf). Acesso em 16 de outubro de 2019.

MILESI, R. COURY, P., ROVERY, J. "Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual"; **Revista AEDOS, PPG**, História, UFRGS. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/83376/49791>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

NIEMIETZ, K. "A causa do colapso da Venezuela não é o preço do petróleo; é o socialismo"; Economia, **Instituto Mises Brasil**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2748> Acesso em 17 de outubro de 2019.

NIEMIETZ, K. "“A culpa é das sanções!” - por que a esquerda continua perdida em relação à Venezuela"; Economia, **Instituto Mises Brasil**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2986/a-culpa-e-das-sancoes--por-que-a-esquerda-continua-perdida-em-relacao-a-venezuela> Acesso em 17 de outubro de 2019.

NIÑO, J. "Um breve histórico da Venezuela: da quarta população mais rica do mundo à atual mendicância"; Economia, **Instituto Mises Brasil**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2687/um-breve-historico-da-venezuela-da-quarta-populacao-mais-rica-do-mundo-a-atual-mendicancia-> Acesso em 17 de outubro de 2019.

OEA. "Informe preliminar sobre la crisis de migrantes y refugiados venezolanos em la región"; **Organização dos Estados Americanos**. Disponível em: [http://www.oas.org/documents/spa/press/Informe-preliminar-2019-Grupo-Trabajo\\_Venezuela.pdf?fbclid=IwAR3dg632csVvBLhtV90EuUqblkg9sh81pG4oi59Ak aLPbLx8Moyd\\_b27SMc](http://www.oas.org/documents/spa/press/Informe-preliminar-2019-Grupo-Trabajo_Venezuela.pdf?fbclid=IwAR3dg632csVvBLhtV90EuUqblkg9sh81pG4oi59Ak aLPbLx8Moyd_b27SMc). Acesso em 16 de outubro de 2019.

PAHO, WHO / OPAS, OMS, “Atualização epidemiológica – Aumento da Malária nas Américas” (Epidemiological Update – Increase of malaria in the Americas)”.

; **OPAS**. Disponível em:

[https://www.paho.org/hq/index.php?option=com\\_docman&view=download&category\\_slug=2018-9581&alias=43434-30-january-2018-malaria-epidemiological-update-434&Itemid=270&lang=en](https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=2018-9581&alias=43434-30-january-2018-malaria-epidemiological-update-434&Itemid=270&lang=en). Acesso em 26 de novembro de 2019.

PAÍS, EL. “Trump congela todos os ativos do Governo venezuelano nos Estados Unidos”; **El País**. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/06/internacional/1565055325\\_220193.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/06/internacional/1565055325_220193.html). Acesso em 16 de outubro de 2019.

PIMENTA, G. F. Monografia apresentada ao curso de Direito. “O impacto da crise venezuelana sob a ótica do Mercosul: a ruptura da democracia”. Juiz de Fora, Minas Gerais. **Instituto Vianna Júnior**, 2018.

RABIN, Cláudio. Como a crise da Venezuela afeta o Brasil. **Veja**, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/como-a-crise-da-venezuela-afeta-o-brasil/>. Acesso em: 15 out. 2019.

RALLO, J. R. “Fim da ilusão: o desastre econômico da Venezuela é reconhecido pelo próprio governo socialista”; Economia, **Instituto Mises Brasil**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/3024/fim-da-ilusao-o-desastre-economico-da-venezuela-e-reconhecido-pelo-proprio-governo-socialista> Acesso em 17 de outubro de 2019

SANTORO, Maurício. Precisamos conversar sobre como a crise na Venezuela traz impactos para o Brasil. **O Globo**, 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/artigo-precisamos-conversar-sobre-como-crise-na-venezuela-traz-impactos-para-brasil-22700652>. Acesso em 15 out. 2019.

SANTOS e VASCONCELOS. “Venezuelanos no Brasil: da crise econômica para a crise política e midiática”; Entre o local e o global, Anais do XVII Encontro de História da **Anpuh-Rio. UFRRJ**, Nova Iguaçu, 2016.

THOMAS, J. A. Fuga de uma ditadura: a saga dos venezuelanos no Brasil. **Veja**, 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/fuga-de-uma-ditadura-a-saga-dos-venezuelanos-no-brasil/> Acesso em: 16 out. 2019.



UNICAMP. “Migrações Venezuelanas”; **Universidade Estadual de Campinas.**

Disponível em:

[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig\\_venezuelanas/migracoes\\_venezuelanas.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/mig_venezuelanas/migracoes_venezuelanas.pdf). Acesso em 16 de outubro de 2019

VEJA. “FMI aponta que recuperação da Venezuela necessita de um ‘esforço titânico’”; **Revista Veja.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/fmi-aponta-que-recuperacao-da-venezuela-necessita-de-um-esforco-titanico/amp/>  
Acesso em 17 de outubro de 2019.

WHITE HOUSE, THE. “Statement from the Press Secretary Regarding an Executive Order Blocking Property of the Government of Venezuela”; **The White House.**

Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/statement-press-secretary-regarding-executive-order-blocking-property-government-venezuela/>.

Acesso em 16 de outubro de 2019.